



ARTIGO/DOSSIÊ

CAMINHOS ECOCRÍTICOS DA TRAGÉDIA WAIMIRI ATROARI: A ESCRITA TESTEMUNHAL DE STEPHEN BAINES E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL INDÍGENA¹

CIMARA VALIM DE MELO

Cimara Valim de Melo

Pós-doutorado pela University of Bristol (2024) e pelo King's College London (2014), Reino Unido.

Doutora em Estudos Literários realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Líder do grupo de pesquisa Língua, Literatura e Ensino (IFRS).

Membro do grupo de pesquisa Poéticas e Políticas da Memória na Literatura Contemporânea (UFRGS)

Membro do grupo de Grupo de Trabalho ANPOLL Literatura Brasileira Contemporânea.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5945924393521807>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1145-3438>.

E-mail: cimara.valim@gmail.com.

Resumo: São muitas as econarrativas responsáveis pela consolidação de um legado memorialístico que rompe o silêncio e revela a dimensão do fantasma da Ditadura Militar para as populações originárias do Brasil e seus

1 Título em inglês: Ecocritical paths for the Waimiri Atroari tragedy: Stephen Baines' testimonial writing and the interpretation of indigenous Brazil.

territórios naturais. Em busca de refletir sobre algumas delas, o presente estudo tomou como *corpus* relatos que promovem o imbricamento entre antropologia e literatura, com o intuito de revelar olhares ainda pouco explorados pela ecocrítica em relação aos povos da floresta. Busca-se, desse modo, revisitar narrativas provenientes do território etnográfico de Stephen Grant Baines, antropólogo inglês cujo legado, juntamente ao povo indígena Waimiri Atroari desde os anos 1970, traz à tona as consequências do indigenismo empresarial impulsionado pelo regime cívico-militar na Amazônia e produz uma contribuição valiosa à literatura testemunhal. Da antropologia à literatura, a escrita testemunhal-memorialística reconstrói as consequências do contato e os caminhos do extermínio, revelando cicatrizes ainda muito vivas na história recente dos povos autóctones e em sua diversidade biocultural, intimamente vinculada aos espaços há milênios por eles ocupados.

Palavras-chave: Ecocrítica. Povos indígenas. Amazônia. Stephen Baines. Ditadura Militar.

Abstract: There are many econarratives responsible for consolidating a memory legacy that breaks the silence and reveals the extent of the ghost of the Military Dictatorship for Brazil's indigenous peoples, as well as their natural territories. In order to reflect on some of them, this study has taken as a corpus of analysis accounts that promote the intertwining of anthropology and literature, aiming to reveal perspectives that have not yet been explored by ecocriticism in relation to the peoples of the forest. The objective is to revisit narratives from the ethnographic territory of Stephen Grant Baines, an English anthropologist whose legacy, with the Waimiri Atroari indigenous people since the 1970s, has brought to light the consequences of corporate indigenism driven by the civil-military regime in the Amazon and produced a valuable contribution to testimonial literature. From anthropology to literature, testimonial-memorial writing reconstructs the consequences of contact and the paths of extermination, revealing scars that are still very much

alive in the recent history of autochthonous peoples as well as in their biocultural diversity, which is directly connected to the spaces they have occupied for millennia.

Keywords: Ecocriticism. Indigenous peoples. Rainforest. Stephen Baines. Military dictatorship.

Que coisa estranha, brincar de matar índio, de matar gente. Fico a pensar aqui, mergulhado no abismo de uma profunda perplexidade, espantado diante da perversidade intolerável desses moços desgenticando-se, no ambiente em que decresceram em lugar de crescer. (Freire, 2000, p. 31)²

PREÂMBULO

O pensador brasileiro Paulo Freire, em um de seus últimos escritos, mostrou a perplexidade com o cruel tratamento dado a um representante indígena por um grupo de jovens brancos abastados de Brasília, às vésperas do “Dia do Índio”, em 1997. Segundo Josélia Neves (2022), passados “onze dias da morte do indígena, o professor pernambucano sofreu um ataque cardíaco que provocou o seu falecimento, era o dia 2 de maio de 1997”. A carta de Freire “segue inconclusa, assim como têm sido as lutas ininterruptas dos povos originários por território e justiça social, pelo direito de existir com dignidade no mundo”. Tal incidente, de repercussão nacional à época, longe de ser um fato isolado, exemplifica o modo como a população ameríndia tem sido vista, desmerecida e atacada em seus direitos ao longo da história.

Se observarmos mais especificamente a segunda metade do século XX — época em que a política brasileira passou, a partir do

2 Sobre o assassinato de Galdino Pataxó, ocorrido logo após o “Dia do Índio”, no dia 20 de abril de 1997, em Brasília, em “Terceira carta: Do assassinato de Galdino Jesus dos Santos – índio pataxó” (FREIRE, 2000, p. 31).

Golpe de 64, por uma guinada ditatorial de direita, civil e militar (Angelo, 2011, p. 73), com profundas repercussões no planejamento econômico do país dada a ótica desenvolvimentista adotada pelo Governo Federal, ficam evidentes as dramáticas repercussões da atuação do Estado brasileiro nos povos originários. De um lado, com auxílio da Fundação Nacional do Índio, criada em 1967 em substituição ao extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), imperaram políticas públicas cujos objetivos primordiais desconsideraram a preservação da diversidade biocultural brasileira, a valorização de seus ecossistemas e o respeito a suas etnicidades. Ao contrário, como sinaliza Vitor Amorim de Angelo (2011, p. 71), foram embasadas pela Doutrina de Segurança Nacional, trazendo consigo o mito da civilização cristã-ocidental, por meio do qual era alimentada “uma concepção divina da ação militar”:

O nacionalismo-catolicismo caracterizava-se por seu elitismo, pelo desejo em reatualizar uma teoria do poder fundada na vontade divina e no direito natural, pela crítica à concepção contratual de autoridade, pela confusão entre sociedade civil e religiosa [...]. A alusão à pátria era associada à própria instituição militar, exaltando indiretamente as Forças Armadas. [...] Consequentemente, qualquer tomada de posição considerada divergência, como militância comunista, por exemplo, era vista como sinônimo de sentimento apátrida, transformando o cidadão em inimigo interno. (Angelo, 2011, p. 47)

Os povos indígenas, alheios aos dispositivos morais alimentados pela lógica nacionalista-cristã perpetuada no período da repressão militar, não saíram ilesos ao *ethos* moralizante (Angelo, 2011, p. 71) do regime ditatorial, sob o qual os preceitos subversão/punição eram amplamente utilizados. Em sua posição de estrangeiros dentro

do próprio país (Brum, 2013), tornaram-se vítimas de um sistema truculento e explorador, ampliado em território amazônico, visto que a Transamazônica acabou se tornando símbolo da ocupação que levava consigo a bandeira do progresso, além da meta de “controlar as invasões estrangeiras e o deslocamento de *subversivos* pelo território nacional” (Angelo, 2011, p. 48, grifo do autor).

Exemplos históricos emergem desse cenário, traduzindo-se em contundentes objetos de memória a descortinar ações militares de contenção, ‘integração’ e ‘pacificação’ dos povos indígenas, como observamos no vídeo registrado pelo fotógrafo e documentarista Jesco von Puttkamer, de fevereiro de 1970 (Folha de São Paulo, 2012), doado em 1977 ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e resgatado pelo pesquisador Marcelo Zelic em suas investigações realizadas sobre no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. O vídeo retrata, como parte das apresentações públicas da formatura da primeira turma da Guarda Rural Indígena (Grin), vinculada ao quartel do Batalhão-Escola Voluntários da Pátria, da Polícia Militar de Minas Gerais, um homem indígena da etnia Krenak amarrado em um pau-de-arara e carregado por outros indígenas (Navarro; Bispo; Santana, 2023). O desfile foi a culminância do processo de formação da Guarda Rural Indígena (Grin), criada à mesma época do Presídio e Reformatório Agrícola Krenak, e ilustra com precisão a missão militar de “executar o policiamento ostensivo das áreas reservadas aos silvícolas” (Capriglione, 2012), cujos meios escancaram instrumentos de tortura como o referido pau-de-arara, dentre outros detalhados na obra *Brasil: nunca mais* (1985)³.

3 A obra é fruto de um projeto de pesquisa executado por mais de cinco anos, responsável por reunir e analisar centenas de processos políticos que transitaram pela Justiça Militar de 1964 a 1979.

Tendo atuado na presidência do grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ) e da Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia (Coalizão Memória), enquanto membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e coordenador da plataforma virtual Armazém Memória, Zelic “dedicou sua vida à preservação da memória, através do trabalho de documentação, e à luta pela criação de mecanismos de não repetição das violações de direitos humanos contra os povos indígenas” (BRASIL, 2023a). Foi ele quem encontrou no Museu do Índio, em 2012, o chamado Relatório Figueiredo, desaparecido por décadas, um dos principais registros sobre atos de violação de direitos humanos praticados no Brasil ditatorial (Starling, 2013). Também foi responsável pela inclusão de investigações sobre violações na Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2011, 2014), cujo relatório apontou que mais de oito mil indígenas foram mortos entre os anos de 1964 e 1985 (Brasil, 2023b). Os estudos geraram treze recomendações da CNV para o Estado brasileiro durante a ditadura, dentre as quais a “instalação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade” e a “reparação aos indígenas atingidos por atos de exceção, com especial atenção para os casos do Reformatório Krenak e da Guarda Rural Indígena” (Brasil, 2023b) — justamente a retratada no vídeo resgatado por Zelic e publicado pela Folha de São Paulo (2012).

Conforme Laura Capriglione (2012), dada a importância da ‘integração’ do território nacional pelo regime, com abertura de estradas, foi inevitável “trombar com os índios”, o que resultou em denúncias de genocídio, massacres, envenenamento, bombardeamentos; a “Guarda Indígena”, portanto, vem justamente para construir a imagem de que os próprios nativos estavam cuidando das aldeias sob a ótica do Estado. Como “excrecência da

cultura indígena”, a guarda tornou-se símbolo do estabelecimento formal e coletivo da violência e do desrespeito aos povos originários, fato perpetuado na sociedade brasileira e cuja continuidade é percebida na carta de Freire sobre o assassinato de Galdino Pataxó mais de uma década após o fim do regime cívico-militar, o que faz soar a pergunta presente em *Brasil: nunca mais* (Arquidiocese de São Paulo, 1985): “Como e quando há de recompor-se um homem inocente, assim aviltado?”

Sabemos que a representação da institucionalização da violência sobre a população nativa do Brasil vai além do redigido pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia ao final dos anos 1960, cujo relatório foi recuperado ao longo das investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no século XXI; do documentado no vídeo de Puttkamer ao final dos anos 1970 contra o povo Krenak; ou do ocorrido com o líder Pataxó nos anos 1990. Inúmeras narrativas, produzidas por artistas, escritores, jornalistas, antropólogos, ativistas, religiosos, entre outros representantes da sociedade civil, foram responsáveis pela consolidação, durante e após o período da repressão militar, de um legado memorialístico que rompe o silêncio e revela a dimensão do fantasma da Ditadura Militar para as populações originárias. Por meio delas, o narrar sobressai-se em sua corporeidade discursiva e função restaurativa, produzindo objetos de memória e resistência em busca da compensação aos profundos danos causados a povos indígenas ao longo da história brasileira.

Nesse sentido, selecionamos, como corpus de análise ao presente estudo, produções que promovem o imbricamento entre antropologia e literatura, com o intuito de revelarmos olhares ainda pouco explorados pela crítica literária em relação aos povos da floresta. Assim, revolvemos

narrativas provenientes do território etnográfico de Stephen Grant Baines, antropólogo inglês que tem acompanhado o povo indígena Waimiri Atroari⁴ desde 1975. Mais que relatos etnográficos, suas narrativas trazem à tona as consequências do indigenismo empresarial impulsionado pelo regime cívico-militar na Amazônia, constituindo-se como testemunho cabal das cicatrizes da repressão e das políticas colonialistas impostas aos grupos autóctones do Brasil.

Da antropologia à literatura, Baines trilhou, pela escrita testemunhal, os caminhos e as consequências do contato. Sua produção narrativa questiona, sob um olhar ecocrítico (Garrard, 2023), o processo político-desenvolvimentista brasileiro dos anos 1970 e 1980, que não apenas ceifou a vida de homens, mulheres e crianças nativos do território amazônico, mas comprometeu a diversidade biocultural de seus territórios, bem como seus modos de viver e de se relacionar nos espaços há milênios por eles ocupados.

DESENREDO: A MEMÓRIA WAIMIRI ATROARI

*Por que kamña matou Kiña? Apiemieke?*⁵

Em um mundo dominado pelos efeitos do Antropoceno nos ecossistemas terrestres (Marques, 2018), a compreensão do humano em suas dimensões social, cultural e biológica,

4 Optamos pela grafia “Waimiri Atroari”, em conformidade com a constante na página “Terra Indígena Waimiri Atroari” (2024) do site *Terras Indígenas do Brasil* e na obra *Waimiri Atroari – a’a ikaa ineptyp: divulgando nossa história* (2017), derivada do Programa Waimiri Atroari (PWA). Contudo, a grafia original é preservada em fontes citadas.

5 Tradução: “Por que os não indígenas mataram a nossa gente [Waimiri Atroari]? Por quê?”. Conforme o 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade, *O Genocídio do povo Waimiri-Atroari* (Schwade; Reis, 2012, p. 3), a pergunta foi a “mais frequente que os Waimiri-Atroari fizeram aos seus professores, Egydio e Doroti Schwade, que desenvolveram o primeiro processo de alfabetização em sua língua materna na aldeia Yawará – Sul de Roraima – entre fevereiro de 1985 e dezembro de 1986”, pelo método freireano.

tradicionalmente recorrentes nos estudos antropológicos, corrobora uma transformação paradigmática. O pós-humanismo e as subjetividades por ele acessadas contribuem, no entanto, à desobjetificação da natureza, tida, pela visão ocidental, como algo externo ao humano, ou seja, “recurso utilizável e mercantilizável”. O modelo não dualista de pensamento, conforme Thiago Mota Cardoso (2020, p. 207), está no centro da cosmologia indígena, vitimizada historicamente pela “violência da maquinaria industrial-capitalista do antropoceno na Amazônia”. Isso porque “Tudo que é vivo um dia foi humano no tempo mítico [...], conformando uma ontologia onde o dualismo natureza e cultura não faz sentido” (Cardoso, 2020, p. 219).

Ao pensarmos o pós-humano em sua capacidade de engendrar discursos que resistem a estruturas de poder, abrem-se caminhos contra-antropológicos (Viveiros de Castro, 2014), para além do individualismo autocentrado e atentos ao senso de coletividade extra-humano, em que pesem os “outros-terra” (Braidotti, 2013, p. 49). São assim repensados binarismos em prol da interconexão eu-outro, do *continuum* natureza-cultura (Braidotti, 2013, p. 48) e do avanço ecocrítico, revelando novos caminhos aos relatos etnográficos, os quais, conforme Vanessa Perin (2021, p. 299), refazem-se entre histórias e silenciamentos, visto que “o trabalho etnográfico é mais do que um método, mas uma relação social que carrega em si efeitos de engajamento” e conduz a subjetividades provenientes de (des)construções e deslocamentos que reverberam nos relatos que dele emergem.

Enquanto produtora de contranarrativas pelo papel crítico-alegórico por ela desempenhado, a escrita etnográfica está

amparada no ato de contar (Clifford, 1986). Nesse percurso de conexões com o literário, descobrimos embates que denotam relações de poder e espaços de disputa, assim como o imbricamento entre linguagem e política pelos aspectos simbólicos e alegóricos que corroboram o processo de escrita. De acordo com Michael Bamberg (2004, p. 366), em sua conexão com identidades e territórios em movimento e em sua condição de “narrativas em interação”, as contranarrativas operam justamente com (re)posicionamentos eu-outro, promovendo, nesse diálogo contínuo, possibilidades de libertação. De modo complementar, Raúl Mora (2014) evidencia o caráter político do discurso contranarrativo, cuja proposta vai além do *storytelling* ao “partirem do ponto de vista daqueles que foram historicamente marginalizados”.

A partir dessa visão, procuramos discorrer sobre o engajamento contranarrativo de Baines enquanto autor de inúmeros textos que retratam as memórias e a vida indígena amazônica durante e após o regime cívico-militar, dentre os quais estão os registros de pesquisa de campo do projeto de etnografia indígena delineado junto ao povo Waimiri Atroari (Baines, 1983a, 1983b, 1985a, 1985b, 1989), a tese transformada em livro *É a Funai que sabe: a Frente de Atração Waimiri-Atroari* (Baines, 1988; 1991), bem como diversos textos ensaísticos, com destaque para “Censuras e memórias da pacificação” (Baines, 1993a), com uma segunda versão intitulada “O xamanismo como história: Censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari” (2002) presente no livro *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*, organizado por Bruce Albert e Alcida Ramos; e “A Resistência Waimiri-Atroari frente ao Indigenismo de Resistência” (1996). Seu legado à memória da diversidade biocultural amazônica

ultrapassa a esfera antropológica, constituindo-se como veículo de resistência e denúncia dada sua contribuição à produção de espaços de fala e escuta Waimiri Atroari em face dos traumas coletivos por eles vividos ao longo e após a Ditadura Militar.

Em contato com o território *Kinja itxiri* (terra de Kinja, autodenominação do povo Waimiri Atroari) desde 1975 (Baines, 2021, p. 292) — quando este “estava sendo cortado pela rodovia BR-174, o que acarretou uma mortalidade enorme entre este povo indígena, reduzidos de 2 ou 3 mil pessoas nas primeiras décadas do século XX a 332 indivíduos em 1983” —, Baines revela a atuação direta do exército (6º BEC) no processo de “atração e pacificação” na região entre Manaus e Boa Vista. Conforme João Felipe Serrão (2024), “o período autoritário instalado há 60 anos contribuiu diretamente para o extermínio de 80% do povo que vive entre o norte do AM e o sul de RR”, visto que “os indígenas representavam um obstáculo para o ideal de ‘progresso’ da ditadura, que rasgou o território situado entre os estados do Amazonas e Roraima para a construção das grandes obras, em especial a BR-174”, que atingia a “região situada à margem esquerda do baixo rio Negro, nas bacias dos rios Jauaperi e Camanaú e seus afluentes, os rios Alalaú, Curiaú, Pardo e Santo Antônio do Abonari” (Vale, 2021).

É importante resgatar a presença histórica dos Waimiri Atroari no ecoespaço amazônico. Conforme Carvalho (2017, p. 10), suas aldeias, hoje a duzentos quilômetros de Manaus, ficavam muito mais próximas da região em que hoje se encontra a capital do Amazonas, no entorno do rio Jauaperi, essencial para um povo “ligado diretamente às águas”. A resistência Waimiri Atroari foi destaque desde o início da história do contato, tendo sido rotulados

de “terríveis e traiçoeiros” e tratados com grande hostilidade em vista da dificuldade de “pacificação” desse povo (Isa, 2021). Da expedição de Barbosa Rodrigues, no século XIX, até a homologação da demarcação administrativa da “Área Indígena Waimiri-Atroari no estado do Amazonas e Roraima”, conferida pelo Decreto nº 97.837, de 16 de junho de 1989, no ano seguinte à promulgação da Constituição Federal de 1988 — um marco essencial na conquista de “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, conforme consta em seu Capítulo VIII (Brasil, 1988) —, a “história oficial” do contato é marcada por perdas e extermínio. “Os Waimiri Atroari viam seu território ser invadido por exploradores de recursos naturais (peles de animais, castanha, batata, pau rosa, entre outros) e, contra esses invasores, armavam-se de arco e flecha” (Isa, 2021). A reação contra a invasão de seu espaço territorial acabava transformando-se em represália e combates desiguais, e os planos da Ditadura Militar para rasgar o seu território com a BR 174, de Manaus a Boa Vista, além de promover a exploração extrativista, com participação ativa do Exército e da Funai pela Frente de Atração Waimiri Atroari (Fawa), causaram danos profundos aos modos de vida desse povo. Carvalho (2017, p. 10) destaca que

Na história do Amazonas, os Waimiri Atroari ganharam destaque pela quantidade de índios mortos dentro de suas próprias aldeias. Expedições militares, expedições de comerciantes, expedições de aventureiros, todos retornavam trazendo orelhas, escalpo — o cabelo dos índios —, como prova de que teriam matado o maior número de índios. Essas pessoas criavam uma fama muito grande, como heróis locais.

Para Carvalho, a triste e violenta história dos Waimiri Atroari traz à tona o genocídio sofrido pelos povos originários na Amazônia

brasileira, particularmente na década de 1970, nos governos desenvolvimentistas de Médici e Geisel. Do censo realizado pelo próprio Carvalho em 1971, com 15 aldeias, onde viviam uma quantidade estimada de cem pessoas por aldeia, restaram apenas 374 em 1986 (Carvalho, 2017, p. 12)⁶. De modo complementar, em entrevista concedida a Leonardo Barros Soares (2021), Baines comenta sobre as dificuldades à época da Ditadura Militar para o trabalho de pesquisa no Norte Amazônico devido às políticas de Segurança Nacional, o que lhe causou diversas restrições, incluindo a obtenção do visto permanente:

Em 1977, sem ter obtido o visto permanente no Brasil, segui para a Venezuela, onde tentei trabalhar junto a povos indígenas. Após três meses de espera, em que viajei ao território do povo indígena Panare, meu pedido para visto de trabalho foi negado pelo Departamento Indigenista em que o diretor, coronel do exército, insistiu que estrangeiros não poderiam trabalhar em área de fronteira [...]. (Baines, 2021, p. 293)

Se o visto foi apenas obtido nos anos 1980, sua participação em estudos envolvendo “discursos de dominação”, “autodeterminação dirigida” e “indigenismo empresarial” (Baines, 2021, p. 295), pelos quais denunciava abertamente a subordinação das políticas indigenistas aos interesses empresariais com o aval do Estado, como observamos no caso da implantação de usinas hidrelétricas e mineradoras por meio de convênios estabelecidos com a Funai durante o regime cívico-militar, a exemplo da ELETRONORTE: “Desta

6 Carvalho (2017, p. 11-12) ainda afirma que, nos anos da Ditadura Militar, “aldeias inteiras foram bombardeadas e sumiram do mapa [...] bombardeadas por caças”. Para o indigenista, foram três os grandes impactos na Terra Indígena Waimiri Atroari nesse período: a estrada, uma empresa de mineração (Paranapanema) e uma usina hidrelétrica (Balbina), impulsionadas pela extinção da reserva no governo Figueiredo.

maneira, privatizou-se a administração indigenista do povo Waimiri Atroari por um programa atrelado aos interesses de uma empresa que provocou a inundação de vastas extensões do seu território tradicional” (Baines, 2021, p. 295).

A revelação de diversas violências do Estado ditatorial contra povos amazônicos pelas contranarrativas de Baines evidencia o que, a partir de 2011, viria à tona com as investigações da CNV, cujo trabalho apontou, de acordo com Serrão (2024), “massacres, desapropriação de terras, remoções forçadas de seus territórios, contágio por doenças, prisões, torturas e maus tratos”. Especialmente no capítulo sobre as violências praticadas contra os povos originários, consta que “a etnia mais exterminada foi a dos Cinta-Larga, de Rondônia, que teve 3.500 indígenas assassinados, seguidos dos Waimiri Atroari (AM), que perderam 2.650 indivíduos”.

Documentos como o Ofício nº 42-E2-CONF46 (apud MPF, 2017, fl. 46-47), expedido em novembro de 1971 pelo Comandante do 2º GEC, General de Brigada Gentil Nogueira Paes, ao Comandante do 6º BEC, mostram que a violência estatal se tornou mais explícita com a resistência Waimiri Atroari à abertura da BR-174 entre Manaus e Boa Vista. A orientação estatal evoca medidas severas de segurança e uma linha de atuação contrária à ideia de “pacificação”. O documento (MPF, 2017, f. 45-46) relatava a ocorrência de acontecimentos na região do Rio Alalaú e ressaltava que os trabalhos de implantação da rodovia não poderiam ser interrompidos, devendo ser realizados em obediência a todas as medidas de segurança: “O comando deve, caso haja visitas dos índios, realizar pequenas demonstrações de força, para mostrar os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso da dinamite”.

Conforme o Ministério Público Federal em Ação Civil Pública de reparação em prol do povo Waimiri Atroari (2017, fl. 3.), “A obra [BR 174], que foi realizada durante o período de 1968 a 1977, demonstra até onde o Estado, em articulação com grupos econômicos, foi capaz de chegar para fazer prevalecer seus interesses e projetos”. A interferência direta e agressiva do Exército é constatada no documento: “Frente a atos de resistência dos indígenas ocorridos em 1974, a meta de ‘pacificação’ transformava-se em estratégia militar, sob total controle do Exército, conforme registrado no referido ofício. Em registro de Ação Pública movida pelo Ministério Público Federal, fica claro que não houve “qualquer preocupação com a sobrevivência dos indígenas ou com a possibilidade de convivência pacífica”, e sim “uma presunção de estágio acentuado de conflito e de que os indígenas são um obstáculo a ser superado com maior rapidez e sem qualquer tipo de contato amistoso” (MPF, 2017, fl. 46-47).

O legado testemunhal de Baines, nesse sentido, é relevante componente à memória histórica dos prejuízos acarretados pela Ditadura Militar ao sistema biocultural amazônico, pois, como resgata Henry Nakashima (2022, p. 234), ajuda a costurar uma malha de narrativas e vozes entre diferentes envolvidos no caso Waimiri Atroari. Um exemplo está na carta de Baines a Egydio Schwade, na qual são narradas ações do exército ao norte do rio Alalaú: “Ao voltar a Manaus com soldados do 6º. BEC, vi caminhões do 1º BIS vindos de Manaus com soldados do 1º. BIS com artilharia pesada. Após as 3 semanas de demonstrações de força em junho de 1975, o 6º. BEC voltou a Abonari para concluir a construção da BR-174 (Baines apud Schwade; Reis, 2012, p. 46).

Por terra e pelo ar, o Estado brasileiro atuou avidamente, na década de 1970, pelo aniquilamento dos povos da floresta que ousavam se colocar em seu caminho de exploração. “Era o período da guerra do Araguaia e o mesmo PARASAR que combatia, via aérea, os guerrilheiros no Pará, combateu também os Waimiri-Atroari”, mencionado no Comitê da Verdade do Amazonas (Schwade; Reis, 2012, p. 46). Também em 1975, os pesquisadores Alcida Ramos e Kenneth Taylor participaram da equipe enviada pela Funai para um levantamento das condições locais com o avanço da rodovia (Valente, 2017, 182). Com a maioria do trabalho de assistência nas mãos de missões católicas, observou-se quase inexistente o trabalho governamental em prol dos direitos dos povos originários. Por outro lado, diversas comunidades viveram um cenário de redução das atividades de caça e agricultura de subsistência, desnutrição, doenças infectocontagiosas, altos índices de mortalidade, orfandade, prostituição e exploração sexual, crimes presentes no Relatório Figueiredo (1967) que se perpetuavam nas mãos do Estado. Conforme Heloísa Starling⁷, o relatório constitui-se um conjunto de documentos produzidos a partir da investigação que apurou as irregularidades cometidas pelo Serviço de Proteção aos Índios, no período da Ditadura Militar, contendo denúncias sobre massacres ocorridos em diferentes regiões indígenas:

O relatório foi encontrado quase intacto, por pesquisadores independentes, em 2013, com 5 mil páginas e 29 tomos – das 7 mil páginas e 30 tomos que constavam da versão original. Para escrever seu relatório, encomendado pelo general Albuquerque

7 Responsável pela disponibilização do acervo no Arquivo Digital BrasilDoc a partir do Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória, vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Lima, ministro do Interior, com o objetivo de apurar práticas de corrupção no Serviço Nacional do Índio – o órgão indigenista oficial brasileiro que antecedeu à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) –, o procurador geral Jader de Figueiredo Correia percorreu com sua equipe mais de 16 mil quilômetros, visitando 130 postos indígenas em todo o país. O resultado apresentado pelo procurador em seu relatório é estarrecedor: matanças de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades foram cometidas contra indígenas no país, principalmente pelos grandes proprietários de terras e por agentes do Estado. (Starling, 2013)

Na esteira do Relatório Figueiredo, que funciona como potente objeto de memória acerca das violações contra os povos indígenas ocorridas até 1967, a produção narrativo-testemunhal de Baines soma-se ao conjunto documental que promove o repensar sobre as relações entre política e cultura na história dos povos originários. Seu legado contranarrativo contribui de modo contundente à memória Waimiri Atroari e à luta pela reparação frente às violências sofridas pelos povos da floresta durante a Ditadura Militar.

O (CONTRA)NARRAR DE STEPHEN BAINES COMO ESPAÇO MEMORIALÍSTICO-TESTEMUNHAL

*Invasores entraram em cena
E de sangue tingiram
O colorido das penas
E no silêncio da mata
Dizimaram meu povo
Calaram o grito da minha nação
Homem branco não tem coração
(Maia, 1996)*

Como ponto de partida, o ensaio de Baines (2002) “O xamanismo como história: censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari”, publicado em *Pacificando o branco* (Albert; Ramos, 2002), narra “as formas de representação do branco e das interpretações indígenas dos efeitos da sua intrusão na sociedade Waimiri-Atroari” (Baines, 2002, p. 261), observando o impacto da censura em seus modos de representação. A proposta decolonizante enfatizada pelos organizadores da edição conduz-nos a uma inversão de papéis, captada há tempo pela escrita contemporânea, que passa a acolher a alteridade em novos lugares de fala: “Índios do Norte da Amazônia estão nos descrevendo, nos amansando, tentando nos entender e se entender conosco. Alguns há vários séculos, outros há poucos anos” (Albert; Ramos, 2002). Segundo Baines (2002, p. 261), a dificuldade para acessar informações sobre a vida dos Waimiri Atroari antes de serem incorporados ao sistema de aldeamentos torna visíveis as consequências da interferência militar nos anos de 1970 e 1980, “tão forte era a censura a seu passado, não apenas pelos funcionários da Funai, mas também pelos próprios índios que eram recrutados para o cargo de ‘Capitão’”⁸. A FAWA teve papel significativo nesse processo de cerceamento do passado dentro do imaginário indígena:

Com base nesses estereótipos e nessa reconstrução imaginária da experiência histórica indígena, os servidores da Funai censuraram totalmente o passado Waimiri-Atroari e tudo que era relacionado à sua vida anterior à Fawa, impondo-lhes um regime de trabalho disciplinar para tentar transformá-los em trabalhadores agrícolas e eliminar seu passado “selvagem”. Por meio desse dispositivo de censura

8 Ao reconstituir o contexto da morte do líder Comprido, Baines (1990, p. 151) menciona o relatório do sertanista Sebastião Nunes Firmo, dirigido em 1976 ao Presidente da FUNAI, que “destaca a censura dos servidores da FUNAI aos líderes Waimiri-Atroari naquela época”.

histórica e reconstrução cultural, a Fawa “capturou” os Waimiri-Atroari, a fim de recriar a sua sociedade (“índio civilizado”) e redimi-los do seu “pecado original”: os ataques aos postos indígenas da Funai (“índio bravo”). (Baines, 2002, p. 262)

Baines narra a forte censura contra o xamanismo e o papel-chave deste na busca Waimiri Atroari por sentido em face da tragédia provocada pela invasão de seu território (Baines, 2002, p. 280). Apesar de os ritos xamanísticos serem veementemente censurados nos aldeamentos (Baines, 2002, p. 278-279), eles se constituíram como essenciais ao processo de “formação de uma consciência histórica da ‘pacificação’” e da legitimação identitária indígena. As sessões xamânicas são resgatadas por Baines como símbolo da memória e da resistência cultural dos Waimiri Atroari — é por elas que conseguem expor “a perplexidade, o terror e a indignação ao ver sua sociedade desabar com uma nova irrupção dos brancos” (Baines, 2002, p. 280).

Nesse ínterim, histórias são resgatadas, como a de Amélia, idosa viúva do líder “Comprido”, a recordar “as epidemias e mortes em massa, concomitantes entre membros de diversas aldeias, os ataques dirigidos pelos líderes contra os postos indígenas da Funai e voos rasantes sobre as aldeias” (Baines, 2002, p. 263). Tais vozes surgem, na narrativa, por vezes filtradas pelo narrador, por vezes apresentadas pelo discurso direto, como percebemos nos relatos de indígenas dos aldeamentos coletados por Baines, identificados pelo narrador por pseudônimos para fins de anonimato.

Entre eles está Dalmo, cuja linguagem conduz a um território linguístico que quer ser preservado: “Funai chama índio, nós chamamos ki?in’ja. [...] ki?in’ja, índio” (Baines, 2002, p. 263). Segundo Baines, a oposição “ki?in’ja (“gente”, “nós”) e ka?amin’ja (“os outros”)” (Baines,

2002, p. 267) vai além de uma delimitação que contempla identidades étnicas, trazendo consigo, em seu caso individual, “identificações com conotação pejorativa num discurso estereotipado de ‘índio’ para ‘branco’ construído por funcionários ‘índios’ da Fawa”.

As memórias de Dalmo revelam relações de poder na atuação da Funai em relação ao povo Waimiri Atroari. A força da dominação faz-se linguisticamente, sob o manto “civilizatório” imposto sobre os “selvagens”. Com isso, os aldeamentos da Funai representam para eles espaços de perda em relação aos territórios originários: “‘branco’ apareceu com estrada. Nós tínhamos medo. Comprido tinha medo de ‘branco’ (Baines, 2002, p. 262). A narrativa em primeira pessoa aproxima o narrador dos fatos e amplia a subjetividade do relato, essencialmente memorialístico. Pelo ponto de vista testemunhal de Baines, chegamos a um sujeito em choque com a realidade à sua frente, que o faz compreender, pelos questionamentos feitos pelos próprios indígenas, que a passividade aparente acoberta uma vida de sanções:

Presenciei “capitães” Waimiri-Atroari perguntarem a “funcionários índios” (que “sabiam”) quem era “índio” e quem era “branco” entre as pessoas que chegavam aos postos indígenas, aceitando sem questionar a definição fornecida pelo servidor. Quando abordei essa aceitação passiva das definições dos funcionários pelos Waimiri-Atroari, estes me responderam que “É a Funai que sabe”, visivelmente consternados por eu ter levantado uma questão proibida pela equipe da Fawa. (Baines, 2002, p. 263)

O passado indígena anterior ao contato é elemento vivo rememorado em suas falas. Por meio da oralidade, “sequências genealógicas, topônimos, ou relatos de rituais intercomunitários”

(Baines, 2002, p. 268) são referenciados e tornam-se objetos de memória quando estes estão distantes dos ‘brancos’ da Funai. As listas de nomes de pessoas falecidas são acompanhadas de “*Ka?amin’ja aita’kahapa*, ou seja, “os civilizados mataram” (Baines, 2002, p. 267), indicando a morte e o medo enquanto sombras no presente, como Baines observa ao resgatar o relato do capitão Mauro: De noite, no escuro, espíritos de civilizados. Os civilizados mataram. Doente, veneno, dores no corpo. Havia muitos (espíritos de) civilizados lá na maloca. Acabaram com os velhos (Baines, 2002, p. 268-269).

Desrespeito e preconceito em relação a suas manifestações culturais, somados à censura e à negação em relação à memória do passado, tornaram-se alimento à ideia de que os povos eram formados por “índios que ‘não sabem’, tinham que ser ‘ensinados’” (Baines, 2002, p. 262). Mais do que isso, “a retórica indigenista veiculada pelos servidores da Funai” à época revela, em seus discursos de dominação interétnica, não apenas a oposição “branco”/“índio”, mas a posição hierárquica de um em relação ao outro, como destacado por Baines: “É a Funai que sabe” (Baines, 1988, 1991a, 1993b). Como ilustração, trazemos o ensaio “O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial”, em que Baines (1993b, p. 6) reflete sobre o comportamento indígena frente à censura: “Quando abordei a aceitação passiva das definições dos funcionários pelos Waimiri-Atroari, estes me responderam que ‘É a Funai que sabe’, visivelmente consternados por eu ter levantado uma questão proibida pela equipe da FAWA”.

Surgem, conforme menciona Ramos (1990, p. 134), novas personagens nesta narrativa, como os “índios funcionários” ou “Capitães” — imagem vinculada à ideologia de dominação para

produzir a ilusão de igualdade ou “pregar uma unidade imaginária” (Baines, 2002, p. 266): “Esse discurso negava, assim, tanto a situação de extrema desigualdade entre funcionários ‘índios’ e ‘índios’ Waimiri-Atroari, quanto a criada e sustentada pela política local da Funai entre ‘Capitães’ e os demais Waimiri-Atroari.” A militarização dos indivíduos considerados “civilizados” contribui para o processo de sujeição dentro das regras impostas. O colapso social e cultural enfrentado pelos povos da floresta também se deve ao desaparecimento dos velhos e ao empoderamento concedido pela Funai aos jovens que se submetiam ao modo de vida “civilizado”. Assim, as aldeias acabavam sendo extintas, e apenas os aldeamentos controlados tornavam-se espaços de sobrevivência dos povos Waimiri Atroari. Por outro lado, os ritos xamânicos foram diretamente afetados pela censura à continuidade das tradições nos aldeamentos da Funai, como Baines (2002, p. 277) registra:

Os Capitães principais não somente evitavam falar comigo sobre o xamanismo mas também o censuravam e ridicularizavam na presença de outros Waimiri-Atroari. O motivo desta censura faz mais sentido ao se levar em consideração o papel fundamental dos ritos xamanísticos para veicular acusações de feitiçaria na sociedade Waimiri-Atroari. As sessões xamanísticas foram, inclusive, o palco principal da interpretação indígena das epidemias como feitiçaria branca.

Ao longo dos anos 1980, enquanto doutorando pela UnB, Baines evidencia a dramática redução da população Waimiri Atroari, a violação de direitos humanos, a repressão do Estado contra os povos originários e a influência direta do “indigenismo empresarial” (Baines, 1993b, 1995) sobre seus territórios. Tal lógica esteve presente na proposta desenvolvimentista do Governo Militar e foi perpetuada no

pós-ditadura com a vinda de companhias mineradoras e extrativistas. Ao analisar a evolução contranarrativa (Mora, 2014; Bamberg, 2004) dos relatos, fica claro o engajamento crescente do pesquisador frente à barbárie presenciada. Primeiramente, no “levantamento da situação atual das populações indígenas no Brasil” (Baines, 1983a), mesmo com a restrição das informações ao registro dos dados coletados, é presença o teor de denúncia frente às observações do autor, o que se percebe pelo uso de termos como “impor”, “obedece”, “ordens”, “controlada” ao se referir às ações da Funai em relação à comunidade indígena e por revelar o papel direto da mineração no custeio de infraestrutura ao órgão governamental.

Tudo indica que a Funai está preparando para impor projetos no futuro próximo para completar seu plano de sedimentação dos índios junto aos postos em áreas restritas onde os índios desenvolvem trabalhos agrícolas dirigidos pelos funcionários. [...] Não há projetos geridos pela Comunidade indígena, que obedece às ordens dos funcionários da Funai. (Baines, 1983a, p. 7-8)

No *Relatório de pesquisa de campo do projeto etnográfico Waimiri-Atroari: etapa II*. (BAINES, 1983b), por sua vez, Baines menciona, já de início, a presença da mineração nas áreas adjacentes ao território Waimiri Atroari, bem como o “interesse em pesquisar áreas dentro dos limites da área indígena”, produzindo uma situação de risco, o que o leva a explicitar a sua preocupação em vista da necessidade de “rápida demarcação de uma Reserva Indígena Waimiri-Atroari”, mencionando, para isso, os direitos a eles reservados pela Constituição e pelo Estatuto do Índio (Baines, 1983b, p. 7). É visível a preocupação do pesquisador ao revelar a submissão abrupta dos nativos, nos postos de atuação da Funai, “a um estilo

de vida completamente alheio a sua vida tradicional” e sugere “a redução do número de funcionários em contato constante com os Waimiri-Atroari” em respeito a seus “usos, costumes e tradições” (BAINES, 1983b, p. 8).

Já no *Relatório sobre a conclusão da etapa III de pesquisa de campo do projeto etnográfico Waimiri-Atroari* (BAINES, 1985a), em suas observações nos postos indígenas Terraplenagem e Alalaú I, Taquari, Abonari, Tobupuna e Xary, menciona a realidade de alterações nos espaços e na vida indígena devido ao reservatório de Balbina e à BR-174. Com foco “na situação de contato interétnico”, seu olhar recolhe memórias da “escassez de caça” (BAINES, 1985a, p. 1-2), levando à dependência dos alimentos fornecidos pela Funai e, por sua vez, submissão às regras impostas. Mesmo com um discurso em terceira pessoa, a imparcialidade diante dos fatos narrados torna-se impraticável, e o autor se coloca como “testemunha” do crescimento da influência da Mineração Taboca sobre a população indígena (BAINES, 1985a, p. 2).

Nessa posição testemunhal, o olhar também apreende o aumento de invasões e deslocamentos, a alta densidade de funcionários da Funai em relação às populações indígenas e o desligamento de “rapazes adolescentes Waimiri-Atroari” dos laços culturais com seu povo ao se tornarem “funcionário” da Funai (Baines, 1985a, p. 3). Também chegam a ele relatos de abusos sexuais em relação às mulheres indígenas e, até mesmo, registros fotográficos do corpo nu de uma jovem abusada por funcionários (Baines, 1985a, p. 4). Os verbos “dominar”, “obrigar”, “manipular” e “insuflar” são exemplos do engajamento discursivo de Baines, que traz à tona a presença de ações etnocidas nos aldeamentos: “Os Waimiri-Atroari estão assumindo a

identidade estigmatizada de ‘caboclo’ [...] [e] frequentemente dizem que ‘Índio não sabe!’, ‘Índio não aprende’” (Baines, 1985a, p. 5).

O clamor por “providências com a máxima urgência para demarcar uma Reserva Indígena Waimiri Atroari” adequada para a sobrevivência do referido grupo” (Baines, 1985a, p. 3), além da referência a dispositivos legais, integra pesquisador e narrador-testemunha, impulsionando os resultados das pesquisas na direção da defesa dos direitos dos povos autóctones. Não à toa, Baines relata a negativa, pelo Diretor Superintendente da Mineração Taboca, para o acompanhamento dos indígenas nas “visitas” à mineradora, onde recebiam materiais e alimentos, trocavam artesanato e realizavam consultas (Baines, 1985a, p. 2) — trocas encorajadas pela empresa exploradora, que ainda possui ação extrativa e poder político na região (APIB; Amazon Watch, 2022). A hostilidade da empresa à pesquisa em desenvolvimento é indício do indigenismo empresarial, com apoio do Estado brasileiro, a ludibriar as comunidades no Norte Amazônico.

Faz eco ao relato da etapa III da pesquisa de Baines o *Relatório: grupo de trabalho Waimiri-Atroari (30 dias)* também de 1985, no qual é redigida uma justificativa para aumento dos limites da área indígena, a interdição da região por conta da presença de “indígenas arredios” (BAINES, 1985b, p. 3) e reestruturação dos postos da Funai nos aldeamentos, com menos interferência de funcionários da Funai em seus modos de vida. O relatório também ilustra “as consequências altamente prejudiciais para o povo Waimiri-Atroari de afastar rapazes da sua comunidade e tentar ‘ressocializá-los’ como servidores” (BAINES, 1985b), o que sinaliza as ações de dominação cultural explicitamente empreendidas pelo governo militar com apoio

de empresas mineradoras e extrativistas interessadas na região. O documento, por fim, traz diversas propostas e sugestões, dentre as quais a de fortalecimento da identidade indígena, o que se percebe discursivamente pela oposição “índio-branco” em contraste com termos valorizados nos aldeamentos pela Funai, a exemplo de “índio civilizado” (BAINES, 1985b, p. 19).

O último relatório em tela intitula-se *“Expulsão” do pesquisador Stephen Grant Baines e sua assistente Verenilde Santos Pereira da Área Indígena Waimiri Atroari*, e é significativo enquanto objeto de memória acerca das consequências da ditadura aos povos amazônicos. Agora como pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, após ter concluído o doutorado com a defesa da tese “É a Funai que Sabe”: A Frente de Atração Waimiri-Atroari (BAINES, 1988), Baines relata o sinuoso caminho para a obtenção de autorização para início do estudo etnográfico, mesmo após a autorização pelo CNPq, Funai e Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN) devido à resistência da coordenação do Programa Waimiri-Atroari, formado pela Funai e pela Eletronorte (BAINES, 1989, p. 2), conforme observamos nas palavras do coordenador Raimundo Nonato Nunes Corrêa, trazidas pelas memórias de Baines: “Nós, indigenistas, somos contra trabalhos antropológicos”, pois “não trazem nenhum retorno imediato para os índios” (BAINES, 1989, p. 2).

No relato realizado, Baines não está sozinho. Verenilde Santos Pereira⁹, sua então assistente e bolsista de aperfeiçoamento científico vinculada ao Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém do Pará, o acompanha nos registros

9 Considerada pioneira na ficção afroindígena brasileira, Verenilde Pereira é jornalista e autora do romance *Um Rio sem Fim* (1998).

e torna-se personagem na narrativa testemunhal da repressão à pesquisa na década de 1980, mesmo com o fim da Ditadura Militar. Na fala resgatada do coordenador, pontuamos a desaprovação em relação à suposta conexão entre Verenilde e o missionário Egydio Schwade, responsável por um programa de alfabetização indígena no Posto Terraplenagem até ser expulso em 1986 (Baines, 1989, p. 3).

As restrições para acesso à área crescem por conta de Verenilde, como visualizamos na fala do representante de APL da Funai: “o Sr. Victor avisou que tinha recebido informações, através do Coordenador Raimundo Nonato, de que a assistente de pesquisa já havia tido problemas em áreas indígenas e que ela poderia criar problemas com os ‘Capitães’ Mário e Viana (Waimiri-Atroari)”. As restrições do coordenador Raimundo Nonato ampliam-se, conforme Comunicação Interna (159/NAWA/89): “Não notamos interesse com os líderes Waimiri-Atroari quanto ao tipo de pesquisa” e “com certeza haverá restrições, por parte dos indígenas, quanto à presença da assistente do pesquisador” (Baines, 1989, p. 4), o que sinaliza o comportamento manipulador e controlador do órgão governamental, reforçando o indigenismo empresarial, gerando frases de teor discriminatório proferidas a Baines: “que o pesquisador não ficasse preso no seu casulo de antropólogo” (Baines, 1989, p. 4).

Baines, por exigência do coordenador e vítima de um plano previamente articulado, explica diretamente aos indígenas que a proposta de estudo de deixar “os Waimiri-Atroari escreverem e contarem sobre suas vidas, sobre o que estavam fazendo e o que desejavam fazer no futuro” (Baines, 1989, p. 4), situação em discursos caluniosos e relatos de supostas conexões entre a pesquisa e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foram reveladas e

registradas na ata de expulsão: “as lideranças indígenas manifestaram ter conhecimento das ligações do Sr. Stephen Baines com o CIMI e outras entidades prejudiciais ao desenvolvimento dos Waimiri-Atroari” (Baines, 1989, p. 9)¹⁰.

Ostermos “exigia”, “proibido”, “mandou”, “incitar”, “condicionadas”, “subordinados”, “manipulação”, “hostil”, “expulsar”, presentes no discurso contranarrativo de Baines, são marcadores discursivos das dificuldades em vista da censura e da repressão vivida por pesquisadores e ativistas que lutavam em prol dos direitos dos povos amazônicos. Além disso, revelam a opressão experienciada pelos nativos durante e após a Ditadura Militar nos territórios sob o comando da Funai e, no caso dos Waimiri Atroari, dos funcionários do Programa Funai/Eletronorte. A narrativa antropológica extravasa a frustração do sujeito, recorrendo à memória pessoal e ao relato testemunhal como mecanismos de resistência, pelos quais são trazidas evidências das relações de poder estabelecidas entre a Funai e o povo Waimiri Atroari:

A expulsão do pesquisador e de sua assistente tem que ser vista dentro da história de expulsões geradas pela própria atuação da FUNAI nesta área. Durante a época de 1982 a 1985, o pesquisador presenciou a expulsão de diversos funcionários da FUNAI desta área indígena, em consequência do clima de intrigas estabelecido pela política indigenista na época e a luta pelo poder entre funcionários. (Baines, 1989, p. 12)¹¹

10 As acusações feitas pelos indígenas fazem referência a matérias caluniosas produzidas em 1987 pelo jornal Estado de São Paulo (Baines, 1989, p. 9), como o pesquisador posteriormente explica: “A estratégia era de encapsular os Waimiri-Atroari dentro do programa, dentro da sua área para que eles não tivessem contato com pessoas de fora e doutriná-los intensivamente para assumir todas as atitudes da empresa, do Programa Waimiri-Atroari, que representava a Eletronorte e indiretamente estava articulada com os interesses da Mineração Taboca” (Baines, 2019).

11 A sua expulsão também é registrada no artigo “The Waimiri-Atroari and the Paranapanema company” (Baines, 1991b): “An English anthropologist long-resident

Baines ainda desabafa que, em operação planejada, a atuação dos funcionários da Funai/Eletronorte “complementa a campanha caluniosa publicada [em 1987] pelo jornal “O Estado de São Paulo” e representa um exemplo da manipulação de informações” com a finalidade de “incitar um grupo indígena contra um pesquisador e sua assistente, criando entraves a qualquer pesquisa científica livre, que não seja dentro de um Programa subordinado diretamente a interesses empresariais” (Baines, 1989, p. 12). As perseguições sofridas, no entanto, transformaram-se em objeto de memória e investigação, como salienta Julio Cezar Melatti (1991, p. 9): “Baines soube reverter a situação a seu favor, transformando os mal-entendidos, as meias-palavras, os cochichos, as zombarias, os insultos, as proibições arbitrárias de que era objeto, em preciosos dados a serem examinados”.

Nesse sentido, a narrativa em primeira pessoa, recorrente na produção de Baines, assume força afirmativa, subjetivadora e dialógica. Em meio à memória testemunhal, o narrador-autor experimenta a escrita de si enquanto exercício ético-político que envolve as experiências do sujeito-autor, trazendo o relato da censura sofrida por ele mesmo em seu trabalho enquanto pesquisador e estrangeiro. O livro “É a Funai que sabe”: a Frente de Atração Waimiri Atroari (Baines, 1991a), derivado de sua tese de doutorado, é um exemplo, visto que traz como matéria discursiva a recordação, que se une à apresentação de relatos e memórias Waimiri-Atroari, a fim de formar um mosaico memorialístico representativo de “indivíduos cuja

in Brazil, Stephen Baines, worked with the Waimiri-Atroari for many years before being expelled from their territory through the joint efforts of a mining company (Paranapanema) and operatives of the official Indian agency (FUNAI). Baines’s expulsion was the culmination of a concerted campaign to exploit tin deposits located on Waimiri-Atroari territory”.

existência está sendo ameaçada” (Baines, 1991a, p. 7). Ao se debruçar sobre a “Frente de atração” da Funai, o ato de narrar — e narrar sobre si como testemunha — é ativado, o que se comprova não apenas pelos relatos trazidos, mas pelo próprio uso recorrente dos termos “narrar”, “narração”, “contar”, “história(s) de contato”, “história(s) de vida”. Os verbos “lembrei-me”, “recordei-me”, “perguntei-me”, “percebi que”, “disse-me que”, “presenciei” assumem força nessa trajetória.

De modo semelhante ao ensaio “O xamanismo como história: censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari” (Baines, 2002), a obra “É a Funai que sabe” (Baines, 1991, p. 61) provoca o repensar ecocrítico sobre a dominação, tema que emerge no capítulo III do livro. A “linguagem da dominação” analisada pelo autor reforça a oposição saber x não saber e impõe uma cosmovisão que desvaloriza a liberdade de expressão e alimenta a subordinação (Baines, 1991a, p. 65). Atrelada à presença de “funcionários armados” e em quantidade, para “igualar força” e “impor respeito”, tal linguagem se sustenta e consolida em meio à repressão, ao medo e à morte (Baines, 1991a, p. 73). O “sistema de privilégios e castigos” conduz à ideia do “internado perfeito” nos espaços sob responsabilidade da Funai entre os anos 1970-1980, característica que se aproxima do conceito de instituição total proposta por Goffman (apud Baines, 1991a, p. 83). A narrativa testemunhal de Baines ilustra tal sistema:

[...] na hora do café da manhã, cheguei à cozinha do Posto e encontrei o Capitão Abel intimidando o menino Geraldo. Ele chorava enquanto Abel o tiranizava. [...] Indaguei ao servidor o motivo por que Abel intimidara Geraldo. Flávio disse que era porque no dia anterior Aquilino, pai adotivo de Geraldo, não trabalhara junto com os homens que costumavam fazer serviço para o Posto, e havia ido caçar. (Baines, 1991a, p. 84)

Nesse movimento da narrativa em terceira pessoa, presente em seus relatórios etnográficos, à em primeira pessoa, recorrente em sua produção a partir dos anos 1990 (Baines, 1991a, 1993a, 2002), o autor explora, para além do pesquisador-observador, o lugar de personagem. Nesse lócus representacional, a memória torna-se peça-chave, como percebemos no registro sobre o desconforto dos indígenas com a pesquisa de Baines em vista da censura praticada pela Funai:

Alguns funcionários brancos da coordenação da FAWA também se revelavam constrangidos por minha pesquisa, temendo críticas à sua atuação indigenista e ao modelo de repressão histórico-cultural da FAWA. Preocupavam-se em controlar o meu acesso a informações, sobretudo com relação a visitas à área indígena de representantes do grupo empresarial Paranapanema e de militares [...]. (Baines, 2002, p. 267)

É por tal caminho narrativo que chegamos à reflexão sobre processos de representação produzidos pelo discurso repressor, acostumado a utilizar elementos retóricos na construção de uma “versão oficial” que produz um ciclo colonialista de dominação e sujeição. Dele emerge o processo de invenção de uma resistência “dirigida”, de um indigenismo de “resistência”, fomentado pela Ditadura Militar e devidamente executado pela Funai nos anos 1980 com a colaboração de grupos extrativistas, o que legitimou a atuação de grandes empresas na Amazônia (Baines, 1996, p. 12). Baines argumenta, nesse aspecto, que projetos de desenvolvimento de grande escala na região amazônica criaram “uma retórica ‘de preocupação ambiental’ e ‘ecológica’”, bem como “uma retórica ‘indigenista’, veiculada através de porta-vozes indígenas” (Baines, 1996, p. 12). Tal realidade é trazida à tona pela experiência vivida do narrador-personagem, que participa da contranarrativa produzida e, com ela,

expõe diversas camadas discursivo-representacionais na história da repressão militar contra os povos amazônicos. O depoimento de um líder indígena do Alto Rio Negro a Verenilde Santos Pereira ilustra as consequências da repressão: “[...] vivo confuso. É como se tivessem me vestido com muitas camisas-de-força, capas de muitos exércitos, de muitas igrejas, de muitos discursos falsos para salvar o meu povo” (apud Baines, 1991a, p. 11).

Os relatos de Baines somam-se aos posteriormente realizados e divulgados pelos próprios representantes Waimiri Atroari, como observamos no testemunho de Bonaldo Warapiwa: “Só escapei eu. Minha mãe e meu pai morreram. A comunidade inteira. Não identifiquei quem fez isso. Agora eu quero ouvir vocês para saber quem foi. Hoje, eu estou aqui como testemunha desse conflito”. Também no de Mário Paruwe: “Antes de acontecer tudo isso, nós vivíamos felizes. Quando chegou a abertura da estrada, começaram a ‘rasgar’ a nossa terra. Acabaram com duas aldeias nossas. Eu sou testemunha! Em uma delas, morreram 16 pessoas, ou por bombas ou por balas” (Portal Amazônia, 2018). Também a obra *Waimiri Atroari – a’a ikaa ineptypy: divulgando nossa história* (Carvalho, 2017) reflete o empoderamento conquistado pelos Kinja, empenhados em contar a própria história como modo de preservação da memória e de reparação pelos danos sofridos desde os anos 1970, com o apoio da Associação Comunitária Waimiri Atroari (ACWA), do Programa Waimiri Atroari (PWA) e do Instituto Socioambiental (ISA). Na mesma época, os Kinja apresentam à Justiça mapa com locais de massacres durante a abertura da BR-174, com identificação geográfica de vinte e um lugares de memória, considerados sagrados pelo povo Waimiri Atroari por se vincular à memória do trauma:

Essas áreas são sagradas para nós, povo Waimiri Atroari, porque foi onde perdemos os grandes guerreiros, grandes líderes das aldeias e onde deixaram uma marca inesquecível. Queremos que fiquem intactas para que as futuras gerações possam conhecer e entender que esses problemas já ocorreram no passado, não são só de hoje”. (Ewepe apud MPF, 2018)

O legado narrativo-testemunhal de Baines junta-se a muitos outros, produzidos por indígenas e não indígenas, ao longo e após a Ditadura Militar, no sentido de reescrever a história pela memória do que não quer ser esquecido e urge ser narrado. Destaca-se, com tal propósito, a obra *Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada*, de José Porfírio Fontenele de Carvalho (1982), indigenista e funcionário da Funai perseguido e punido pelo governo devido à oposição que empreendeu com relação à criação da BR-174, nos anos 1970. Seu livro, publicado ainda na Ditadura Militar, ocasionou abertura de processo com base na Lei de Segurança Nacional e, conseqüentemente, sua demissão. A obra é feita de depoimentos pessoais sobre fatos testemunhados com base em exaustiva pesquisa bibliográfica e documental (Carvalho, 1982, p. 3). Carvalho, posteriormente, revela que pertenceu a uma geração de “jovens, vítimas da ditadura, que optou por ir para a Amazônia [...] [como] forma de combater a ditadura” (Carvalho, 2008, p. 81).

Por outro lado, os romances *Um rio sem fim*, de Verenilde Santos Pereira (1998), e *Tocaia do Norte*, de Sandra Godinho (2020), representam, pelo viés ficcional, uma estética ecocrítica engajada à causa indígena, concentrando sua narrativa na região amazônica do Rio Negro. No primeiro, pelo olhar da narradora personagem, emergem das águas do Rio Negro as inúmeras perdas vividas

pelos povos originários em face de forças políticas e religiosas que ilustram o colonialismo voraz imperado sobre o território. No segundo, a história gira em torno da vida do missionário Giovanni Calleri, designado para liderar uma expedição do Governo até o território Waimiri Atroari, em um olhar repositivo à história resgatada por depoimentos na obra *Massacre* (1998), de Silvano Sabatini. Juntamente às contranarrativas de Baines e à produção ecocrítica de autoria indígena, forma-se um importante legado memorialístico dos reflexos desastrosos da Ditadura Militar ao povo Waimiri Atroari e, de modo geral, aos povos da floresta. Alheios à lógica do autoritarismo ditatorial, eles receberam o tratamento dos presos políticos e dos estrangeiros que se opunham ao regime, tornando-se, no meio do caminho do desenvolvimento e à margem dos direitos conquistados pelos cidadãos brasileiros, *persona non grata* em sua própria região — como disse Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 31), “desterrados em nossa própria terra”.

DESFECHO

As violações a direitos humanos contra povos indígenas, tantas vezes relatadas e representadas desde os anos 1960, trazem consigo o assombro frente ao genocídio, a exemplo do reportado em uníssono por jornalistas, artistas, escritores, antropólogos, ativistas, representantes religiosos e políticos, insuflando, no século XXI, movimentos de reparação histórica, como observamos no caso Waimiri Atroari (MPF, 2017, 2018; Palmquist, 2023). Nesse sentido, seja pelos caminhos da ecopolítica (Gudynas, 2017) ou pela ecocrítica (Garrard, 2023), as contranarrativas produzidas desde a ditadura ecoam a história da violência contra os povos originários e a seus ecossistemas de origem.

Elas refazem os caminhos da exploração e da repressão em busca de respostas enquanto espaços de resistência e desconstrução de discursos dominantes, sob os quais se assenta a “história oficial”; com isso, revelam vozes de grupos marginalizados (Mora, 2014), promovendo o empoderamento e a autonomia dessas comunidades.

Ao representar as violências e os crimes, até hoje impunes, impetrados contra os Waimiri Atroari, as contranarrativas de Baines transitam pela história coletiva, trazendo consigo as tensões inerentes ao relato testemunhal, que absorve a inseparabilidade entre “memória, escrita e morte” (Gagnebin, 2006, p. 45). Nesse aspecto, Seligmann-Silva (2010, p. 9) alerta sobre a incomensurabilidade existente entre as palavras e a experiência da dor, que persiste no ato de narrar e, conseqüentemente, mostra o local do testemunho no campo literário. No limiar entre o lembrar e o esquecer, o testemunho exige de seu narrador a representação da verdade — uma verdade que não quer ser dita, que é subjugada ou apagada, mas que precisa ser descortinada como forma de justiça histórica (Seligmann-Silva, 2010, p. 6). Situações de violência, por si só, desencadeiam a carência de narrar, fazendo do testemunho elemento fundamental à recriação da história (Seligmann-Silva, 2005, p. 78).

Alertas ao que Seligmann-Silva (2022, p. 31) chama de “vicissitudes da colonialidade”, muitas das narrativas provenientes de um tempo de catástrofes e traumas coletivos conduzem à “escrita da história crítica como resistência ao apagamento” (Seligmann-Silva, 2022, p. 223), elemento que observamos no legado narrativo de Baines. Nesse corpo a corpo com o esquecimento, o narrador-autor traz consigo o fazer eco contranarrativo¹², que propõe, enquanto

12 Trazemos o termo como forma de aglutinação dos conceitos de ecocrítica e contranarrativa, que consideramos presentes e entrelaçados na produção ensaística de Baines.

prática política e em seu olhar oblíquo sobre uma realidade forjada, a revisão e a reescrita da “história oficial”. Assim, a produção de Baines assume a força ecocrítica, visto que conduz a uma “virada mnemônica ética”, abrindo caminhos, na busca por “uma sociedade mais igualitária e justa”, ao pensamento decolonial, como reflete Seligmann-Silva (2022, p. 16-17):

Em vez de comemorarmos os “grandes vultos da nação”, bandeirantes que estupravam, escravizavam e matavam indígenas, por exemplo, devemos comemorar os próprios indígenas (que vivem neste continente há milhares de anos sem nunca ter destruído nada de sua natureza). Devemos comemorar os afrodescendentes que lutaram e lutam pela sua emancipação, assim como os que participam de movimentos sociais do campo e das cidades. Assim, estaremos construindo uma memória ética, um genuíno meio capaz de plasmar uma sociedade melhor.

No caso do povo Waimiri Atroari, de acordo com o Instituto Socioambiental (2024), definições em prol dos direitos indígenas sobre o seu território somente passaram a ocorrer a partir de acordo firmado entre as instituições Funai e Eletronorte, com a área indígena demarcada e homologada em 1989 pelo Decreto 97.837 (Brasil, 1989), após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Todavia, em caminho oposto à memória ética mencionada por Seligmann-Silva, o ciclo bolsonarista (2019-2022) trouxe consigo a retomada de valores e objetivos perseguidos pela Ditadura Militar. Isso gerou, em pleno século XXI, uma nova onda de intensificação da violência, violação de direitos constitucionais e desmonte dos órgãos governamentais de proteção e assistência aos povos originários. Ao observar passado e presente, Baines (2021) afirma que o bolsonarismo trouxe de volta

a política desenvolvimentista do regime ditatorial, o que se observa pelas tentativas de desmonte da Funai, na paralisação de dezenas de processos de demarcação de terras e no incentivo irrestrito a empreendimentos em solo amazônico:

Um levantamento realizado, no início de 2019, pelo Instituto Socioambiental (ISA) com a FUNAI revelou pelo menos 40 empreendimentos de grande porte previstos para invadir essas terras indígenas, incluindo projetos como as hidrelétricas do Tapajós, no Pará, e a construção da linha de transmissão entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR), cortando a Terra Indígena Waimiri-Atroari nos estados de Amazonas e Roraima. (Baines, 2021, p. 307)

Quando nos deparamos com um passado de traumas históricos e um presente de pagamentos, a escrita memorialístico-testemunhal surge como seara em sua busca pela verdade escusa. Pois apreende, pelo fazer narrativo, campos de visão outros, como o etnográfico, o socioambiental e o histórico, produzindo espaços de engajamento e denúncia. Inserida nesse horizonte, a escrita insurgente de Baines produz não apenas uma contra-anthropologia, mas, por que não, uma contraliteratura, imbricando o real e o representado ao mesmo tempo em que se (re)faz autor, narrador e personagem, a fim de revelar histórias que colocam os povos originários na posição de protagonistas.

Sejam as vítimas provenientes da etnia Pataxó, Krenak, Waimiri Atroari, ou de qualquer outra marcada pelas forças colonialistas e repressivas sobre os grupos autóctones no Brasil contemporâneo, as cicatrizes do trauma fazem-se memória e produzem interlocuções que revelam a força política do testemunho. Perin aponta, nessa direção, estratégias narrativas presentes na arquitetura textual em busca da

conexão eu-outro, dentre as quais está a justaposição de narrativas que compõem um mosaico de vozes com força descolonizante, desafiando a estabilidade dos padrões antropológicos tradicionais (Perin, 2021, p. 305). A produção de Baines, à vista disso, é relevante objeto de memória, que favorece a descentralização da voz do narrador ao' incluir outros sujeitos nesse (re)contar da experiência do trauma, com suas sombras e silenciamentos. Seu legado insere-se, por fim, nas narrativas “do mundo e engajadas no mundo” (Perin, 2021, p. 313), que tomam pelas quais o passado chega ao presente como território em disputa, e o ato de recordar, de recontar a história, torna-se arma: “A memória é uma das principais armas para se fazer justiça e, de alguma forma, valorizar as vidas perdidas por estarem no caminho de uma locomotiva genocida chamada ‘progresso’”.

REFERÊNCIAS

- ANGELO, Vitor Amorim. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. 2011. 297f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1420/3959.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 fev. 2024.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB); AMAZON WATCH. *Cumplicidade na Destruição IV: como mineradoras e investidores internacionais contribuem para a violação dos direitos indígenas e ameaçam o futuro da Amazônia*. Brasília; Oakland, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://amazonwatch.org/news/2022/0222-complicity-in-destruction-iv>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- BAINES, Stephen G. A Resistência Waimiri-Atroari frente ao “Indigenismo de Resistência”. In: *Série Antropologia*, Brasília, UnB, v. 211, 1996. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/resistencia-waimiri-atroari-frente-ao-indigenismo-de-resistencia>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BAINES, Stephen G. O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial. In: *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, p. 219- 243, 1993b. Disponível em: [www.etnolinguistica.org. http://www.etnolinguistica.org/biblio:baines-1993-territorio](http://www.etnolinguistica.org/biblio:baines-1993-territorio). Acesso em: 12 fev. 2024.

BAINES, Stephen G. O xamanismo como história: censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita Ramos. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-Amazônico*. Marseille: IRD Éditions, Imprensa oficial, EDUNESP, 2002. Disponível em: <http://books.openedition.org/irdeditions/24689>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BAINES, Stephen G. Os Waimiri-Atroari e a invenção social da etnicidade pelo indigenismo empresarial. In: *Anuário Antropológico*, n. 1, v. 19, Brasília: DAN/UnB, p. 127- 159, 1995. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6589>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BAINES, Stephen Grant. “Comprido”: a Morte de um Líder Waimiri-Atroari. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, Série Antropologia, n. 2, v. 6, 1990b. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/810/1/B%20MPEG%20Ant%206%282%29%201990%20BAINES.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

BAINES, Stephen Grant. “*É a Funai que Sabe*”: A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém, MPEG/CNPq/SCT/PR, 1990a.

BAINES, Stephen Grant. “*É a Funai que sabe*”: a Frente de Atração Waimiri Atroari. Belém: MPEG, 1991a. Disponível: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/e-funai-que-sabe-frente-de-atracao-waimiri-atroari>. Acesso em: 21 maio 2024.

BAINES, Stephen Grant. “*Expulsão*” do pesquisador Stephen Grant Baines e sua assistente Verenilde Santos Pereira da Área Indígena Waimiri Atroari: Relatório. Acervo do Instituto Socioambiental, 1989. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/WTD00106.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BAINES, Stephen Grant. Antropologia do desenvolvimento e povos indígenas. In: *Série Antropologia*, Brasília, UnB, v. 361, 2004. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/K3D00003.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BAINES, Stephen Grant. As Terras Indígenas no Brasil e a “regularização” da implantação de grandes usinas hidrelétricas e projetos de mineração na Amazônia. In: *Série Antropologia*, Brasília, UnB, v. 300, 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F5D00030.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BAINES, Stephen Grant. Censuras e Memórias da Pacificação Waimiri-Atroari. In: *Série Antropologia*, Brasília, UnB, v. 148, 1993a. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/WTD00107.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BAINES, Stephen Grant. Do indigenismo empresarial à catástrofe bolsonarista: uma entrevista com o antropólogo Stephen Grant Baines. [Entrevista concedida a] Leonardo Barros Soares. In: *Novos Cadernos NAEA*, n. 2, v. 24, p. 291-311, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8681>. Acesso em: 22 maio 2024.

BAINES, Stephen Grant. Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: depois da Constituição de 1988. In: *Série Antropologia*, Brasília, UnB, v. 418, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/K1D00104.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BAINES, Stephen Grant. *Levantamento: situação atual das populações indígenas no Brasil (Waimiri-Atroari)*, 1983a. Brasília: Cedi-PIB, 1983a. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/levantamento-situacao-atual-das-populacoes-indigenas-no-brasil-waimiri-atroari>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BAINES, Stephen Grant. *Relatório de pesquisa de campo do projeto etnográfico Waimiri-Atroari: etapa II*. Brasília: UnB, 1983b. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/WTD00066.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BAINES, Stephen Grant. *Relatório sobre a conclusão da etapa III de pesquisa de campo do projeto etnográfico Waimiri-Atroari*. Acervo do Instituto Socioambiental, 1985a. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/WTD00067.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BAINES, Stephen Grant. *Relatório: grupo de trabalho Waimiri-Atroari (30 dias)*. Brasília: UnB, 1985b. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-grupo-de-trabalho-waimiri-atroari-30-dias>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BAINES, Stephen Grant. The Waimiri-Atroari and the Parapanema company. In: *Critique of Anthropology*, London, n. 2, v. 11, p. 143-153, 1991b. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0308275X9101100204?journalCode=coaa>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BAINES, Stephen. *Entrevista: manipulação cartográfica durante regime militar favoreceu mineradora e hidrelétrica na Amazônia*. [Entrevista concedida a] Éder Rodrigues. Boa Vista: UFRF, 2019. Disponível em: <https://antigo.ufrf.br/ultimas-noticias/5359-entrevista-manipulacao-cartografica-durante-regime-militar-favoreceu-mineradora-e-hidreletrica-na-amazonia>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRAIDOTTI, Rosi. *The posthuman*. Cambridge; Malden: Polity, 2013.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade: Relatório*. Brasília, DF: CNV, v. 1, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Decreto nº 97.837, de 16 de junho de 1989. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Waimiri-Atroari. In: *Diário Oficial da União*, 19 jun. 1989. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/decreto-n-97837-de-160689-homologa-demarcacao-administrativa-da-ai-waimiri>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. In: *Primeira indígena a presidir a Funai, Joenia Wapichana toma posse em cerimônia histórica prestigiada por lideranças, autoridades e sociedade civil*. Brasília, 27 jun. 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/primeira-indigena-a-presidir-a-funai-joenia-wapichana-toma-posse-em-cerimonia-historica-prestigiada-por-liderancas-autoridades-e-sociedade-civil>. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. In: *Diário Oficial da União*, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Marcelo Zelic: Comissão Nacional Indígena da Verdade, uma emergência civilizatória. In: *Memórias reveladas: Arquivo Nacional*, Brasília, 29 ago. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/>

marcelo-zelic-comissao-nacional-indigena-da-verdade-uma-emergencia-civilizatoria. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Vítimas de tortura: indígenas ainda sentem violações sofridas na ditadura. In: *Memórias reveladas*: Arquivo Nacional, Brasília, 27 jun. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/vitimas-de-tortura-indigenas-ainda-sentem-violacoes-sofridas-na-ditadura>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRUM, Eliane. Índios, os estrangeiros nativos. In: *Época*, São Paulo, 15 ago. 2013. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/07/indios-os-estrangeiros-nativos.html>. Acesso em: 21 fev. 2024.

CAPRIGLIONE, Laura. [Entrevista]. In: Folha de São Paulo. *Vídeo sugere que ditadura ensinou indígenas a torturar*. Produção: TV Folha. São Paulo: 11 nov. 2012. Vídeo (4:32 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H0s4m1WQNmg>. Acesso em: 15 maio 2024.

CARDOSO, Thiago Mota. “Pode um rio morrer?”. Os munduruku nas lutas contra-antropocênicas. In: Butturi Junior, Atilio; Scarso, Davide; Leme, José Luís Câmara (Orgs.). *Antropoceno, Biopolítica e Pós-Humano*. Campinas, SP: Pontes, p. 207-229, 2020. Disponível em: https://coloquiocampodiscursivo.ufsc.br/wp-content/uploads/2022/02/Antropoceno_ebook.pdf. Acesso em: 21 maio 2024.

CARVALHO, José Porfírio F. de (Coord.). *Waimiri Atroari – a’a ikaa ineptyy*: divulgando nossa história. São Paulo; Manaus: Programa Waimiri Atroari, Instituto Socioambiental, 2017.

CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. [Depoimento]. In: ISA. *Visões do Rio Negro: Construindo uma rede socioambiental*, 2008. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/23L00008.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.

CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. *Waimiri Atroari*: a história que ainda não foi contada. Brasília: [s.n], 1982. In: Acervo do Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/waimiri-atroari-historia-que-ainda-nao-foi-contada>. Acesso em: 29 maio 2024.

CLIFFORD, James. On ethnographic allegory. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (Orgs.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, p. 98-121, 1986b.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Observatório da Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. In: *Relatório: Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*. Dados de 2022. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Vídeo sugere que ditadura ensinou indígenas a torturar. Produção: TV Folha. São Paulo: 11 nov. 2012. Vídeo (4:32 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H0s4m1WQNmg>. Acesso em: 15 maio 2024.

FRANCO-MORAES. A Amazônia é um grande jardim plantado culturalmente pelos povos indígenas. INTERD: Ciência e Cultura, Recife, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://interd.net.br/a-amazonia-nao-e-uma-floresta-virgem-mas-um-grande-jardim-plantado-culturalmente-pelos-povos-indigenas/15/03/2024/>. Acesso em: 22 maio 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: 34, 2006.

GARRARD, Greg. *Ecocriticism*. 3.ed. New York: Routledge, 2023.

GUDYNAS, Eduardo Gudynas. Value, Growth, Development: South American Lessons for a New Ecopolitics. In: *Capitalism Nature Socialism*, London, n. 2, v. 30, p. 234-243. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10455752.2017.1372502>. Acesso em: 30 maio 2024.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Terras Indígenas do Brasil: Terra Indígena Waimiri Atroari*. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3902>. Acesso em: 12 fev. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Waimiri Atroari*. São Paulo, 25 jan. 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari. Acesso em: 12 fev. 2024.

MAIA, Milka. Waimiri Atroari. In: CRIAÇÃO CABOCLA. *Boi Bumbá Caprichoso*: toadas 96 [álbum]. 1996. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CzYAduTioZc>. Acesso em: 22 maio 2024.

MARQUES, Luiz. Gênese da ideia de Antropoceno. In: MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 3.ed. Campinas: Unicamp, p. 461-480, 2018.

MELATTI, Julio Cezar. Prefácio. In: BAINES, Stephen Grant. “*É a Funai que sabe*”: a Frente de Atração Waimiri Atroari. Belém: MPEG, 1991. Disponível: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/e-funai-que-sabe-frente-de-atracao-waimiri-atroari>. Acesso em: 21 maio 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Ação Civil Pública*. Grupo de Trabalho Povos Indígenas e Regime Militar – 6ª Câmara de Coordenação. Brasília, 2017. Disponível em: https://justicadetransicao.mpf.mp.br/documentos-1/AIND_5_Waimiri.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Lideranças Waimiri Atroari apresentam à Justiça mapa com locais de massacres durante a abertura da BR-174. Manaus, Procuradoria da República no Amazonas, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/liderancas-waimiri-atroari-apresentam-a-justica-mapa-com-locais-de-massacres-durante-a-abertura-da-br-174>. Acesso em: 28 maio 2024.

MORA, Raúl Alberto. Counter-Narrative: Key Concepts. In: *Intercultural Dialogue*, Center for Intercultural Dialogue, n. 36, 2014. Disponível em: <https://centerforinterculturaldialogue.files.wordpress.com/2014/10/key-concept-counter-narrative.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

MÄHLER-NAKASHIMA, Henry Albert Yukio. “*Por que kamña matou Kiña?*”: a retórica indigenista estatal, a FUNAI e os Waimiri-Atroari (1967-1988). 2022. 460f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/26096>. Acesso em: 26 maio 2024.

NAVARRO, Cristiano; BISPO, Fábio; SANTANA, Renato. A luta por memória dos crimes da ditadura e Justiça de Transição perde um de seus principais defensores: Marcelo Zelic. In: *InfoAmazônia*, [s.l.], 09 maio 2023. Disponível em:

<https://infoamazonia.org/2023/05/09/a-luta-por-memoria-dos-crimes-da-ditadura-e-justica-de-transicao-perde-um-de-seus-principais-defensores-marcelo-zelic/>. Acesso em: 15 maio 2024.

NEVES, Josélia Gomes. Galdino Pataxó, 25 anos de indignação sob o adeus de Paulo Freire. In: *Gente de Opinião*, Porto Velho, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/opinioao/artigo/galdino-pataxo-25-anos-de-indignacao-sob-o-adeus-de-paulo-freire>. Acesso em: 27 fev. 2024.

PALMQUIST, Helena. Lula administration seeks 'conciliatory solution' for Waimiri Atroari genocide during military dictatorship. In: *Sumauma*, 6 jul. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/en/agu-de-lula-busca-solucao-conciliatoria-para-o-genocidio-dos-waimiri-atroari-na-ditadura/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PERIN, Vanessa Parreira. Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas. In: *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 1, v. 46, p. 298-314, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/35993>. Acesso em: 30 maio 2024.

PORTAL AMAZÔNIA. *Povo Waimiri Atroari apresenta à Justiça mapa com locais de massacres durante a abertura da BR-174*. Manaus, 16 mar. 2018. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/povo-waimiri-atroari-apresenta-a-justica-mapa-com-locais-de-massacres-durante-a-abertura-da-br-174/>. Acesso em: 22 maio 2024.

SCHWADE, Egydio; REIS, Wilson C. Braga (Coord.). *O Genocídio do povo Waimiri-Atroari: 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade*. Comitê da Verdade do Amazonas, Manaus, 17 out. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/1r_cv_am_waimiri_atroari.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Unicamp, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. In: *Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Florianópolis, n. 1, v. 2, p. 3-20, jan./jun., 2010. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>. Acesso em: 28 maio 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 30, p. 71-98, jun., 2005.

SERRÃO, João Felipe. O 'progresso' da ditadura militar e o genocídio dos Waimiri Atroari. In: *Amazônia Latitude: Ciência e Jornalismo pela Floresta*, 02 abr. 2024. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2024/04/02/ditadura-militar-indigenas-waimiri-atroari/>. Acesso em: 22 maio 2024.

STARLING, Heloisa. *Ditadura militar e populações Indígenas* [Relatório Figueiredo]. Belo Horizonte: UFMG; BrasilDoc: Arquivo Digital, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. *Terra Indígena Waimiri Atroari*. 2024. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3902>. Acesso em: 22 maio 2024.

VALE, Maria Carmen R. Waimiri Atroari, o povo Kinja. In: *Povos Indígenas no Brasil*, Instituto Socioambiental, 25 jan. 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari#Waimiri_Atroari.2C_o_povo_Kinja. Acesso em: 22 maio 2024.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil. Companhia das Letras, 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Contra-antropologia, contra o Estado: uma entrevista com Eduardo Viveiros de Castro. [Entrevista cedida a] Paulo Bull. In: *Revista Habitus*, IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, n. 2, v. 12, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11445>. Acesso em: 09 abr. 2024.